

Cidadania, Mídia e Representação: considerações sobre o boicote e os protestos ao seriado *Sexo e as Negas*¹

Natália Godofredo de Oliveira²

Universidade do Grande Rio, Duque de Caxias - RJ

Vanessa Ribeiro Teixeira³

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro - RJ

Daniele Ribeiro Fortuna⁴

Universidade do Grande Rio, Duque de Caxias - RJ

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar a relação entre cidadania, mídia e representação. O ponto central de nossa abordagem parte da proposta de boicote e protestos, veiculados principalmente na internet, contra o seriado *Sexo e as Negas*, exibido pela Rede Globo em 2014. A série se fez relevante por conferir protagonismo à quatro mulheres negras. No entanto, em suas “chamadas” de divulgação, movimentos negros, feministas e demais cidadãos se posicionaram contrários à produção, alegando que o seriado possuía conteúdo racista e difundia uma imagem estereotipada da mulher negra. Inseridos neste contexto, a partir de nossa análise, percebemos que as manifestações contra a série, configuram o exercício da cidadania por parte da população, incluindo aí a reivindicação por meios de comunicação públicos, os quais manifestam, através de seus conteúdos, a pluralidade de vozes e opiniões na construção da sociedade, sendo assim promotores da cidadania.

Palavras-chave: Cidadania; Mídia; Protestos; Boicote; Sexo e as Negas.

Introdução

A mídia brasileira, especificamente o rádio e a televisão, opera através de um sistema de concessão temporária concedida pelo governo, o que a caracteriza como uma prestadora de serviço público, e como tal, deve estar a serviço da população. Dessa forma, em um cenário ideal, os produtos midiáticos cumprem o papel de informar, pautar a agenda social, representar a nossa realidade através dos conteúdos factuais e ficcionais, por exemplo. Para além disso, os meios de comunicação devem, principalmente, ser promotores da cidadania, da pluralidade de vozes e opiniões presentes em nossa

¹ Trabalho apresentado na XII Conferência Brasileira de Mídia Cidadã - "O direito à comunicação na luta por uma cidadania ativa", realizado na Universidade Federal de Juiz de Fora, em Juiz de Fora, MG, de 25 a 27 de outubro de 2017.

² Mestre em Humanidades, Culturas e Artes, UNIGRANRIO, natalia.godofredo@gmail.com.

³ Doutora em Letras (Literaturas de Língua Portuguesa), UFRJ, vanessarteixeira@gmail.com.

⁴ Doutora em Letras, UERJ, drfortuna@hotmail.com.

sociedade. Isso se deve ao fato de a comunicação ser um direito de todos os seres humanos, sendo assim, todas as pessoas devem ter assegurado o direito à palavra, a expressar suas opiniões e a manifestar seus pensamentos, como nos aponta Guareschi (2006).

É baseado nesses princípios que este trabalho busca analisar a inter-relação entre cidadania, mídia e representação. Para tal, nossa abordagem se centra nas manifestações, veiculadas especialmente na internet, que propuseram o boicote⁵ e os protestos contra o seriado *Sexo e as Negas* (2014), veiculado pela Rede Globo. Movimentos negros e feministas e demais cidadãos se posicionaram contra a produção, alegando que esta possuía conteúdo racista e difundia uma imagem estereotipada da mulher negra. Tendo em vista estes aspectos, analisaremos os desdobramentos e repercussões destas manifestações, na ótica do exercício da cidadania e da participação popular nas produções dos meios de comunicação brasileiros.

A Relação entre Mídia e Cidadania

Para compreendermos a relação entre cidadania e as produções midiáticas, é necessário em um primeiro momento entender conceitualmente o termo cidadania. Como destaca Coutinho (1999), o marco de origem para se pensar a cidadania se situa na Grécia, no entanto, ela adquiriu expressividade, teórica e prática, no mundo moderno, devido a sua característica de universalização. Ressalta que, na modernidade, o entendimento e o exercício da cidadania estão inteiramente ligados à idéia de direitos individuais ou civis, características que distinguem, em uma primeira instância, da concepção grega.

Cidadania é a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado. Sublinho a expressão *historicamente* porque me parece fundamental ressaltar o fato de que soberania popular, democracia e cidadania (três expressões para, em última instância, dizer a mesma coisa) devem sempre ser pensadas como processos eminentemente históricos, como conceitos e realidades aos quais a história atribui permanentemente novas e mais ricas determinações. A cidadania não é dada aos indivíduos de uma vez para sempre, não é algo que vem de cima para baixo, mas é resultado de uma luta permanente, travada quase sempre a partir de baixo, das classes subalternas, implicando um processo histórico de longa duração (COUTINHO, 1999, p.42).

A concepção da cidadania enquanto processo histórico e uma construção são corroborados por Demo (1992), que considera que a “[...] cidadania é um processo histórico de conquista popular, através do qual a sociedade adquire progressivamente condições de tornar-se sujeito histórico, consciente e organizado, com capacidade de conceber e efetivar projeto próprio” (DEMO, 1992, p.17 *apud* BIZ, 2012, p. 42). Partindo desse entendimento, Biz (2012) ressalta que o significado e exercício da cidadania não se

⁵ Compreendemos o conceito de boicote a partir da definição de Cruz (2016). O autor concebe o telespectador enquanto consumidor, nessa perspectiva “o boicote é o ato de um ou mais indivíduos deixar(em) de comprar um produto ou serviço por não concordar com os valores ou atuação da empresa” (CRUZ, 2016, p.19). Dessa forma, os telespectadores que decidiram boicotar *Sexo e as Negas*, optaram por não “consumir” o produto ficcional, tendo em vista os “valores” difundidos pela série.

resumem a ação de votar em dia de eleições. Para o autor, a construção da cidadania permitirá aos indivíduos o entendimento da importância de ser sujeito ativo da história e não objeto de manipulação.

Para que o cidadão não seja manipulado, é necessário conhecimento, informação. É neste contexto, que se inserem os conteúdos midiáticos. No entanto, Silverstone (2003) alerta que o consumo da mídia não deve ser feito de forma indiscriminada, é necessária uma leitura crítica dos conteúdos.

A cidadania no século XXI requer um grau de conhecimento que até agora poucos de nós têm. Requer do indivíduo que saiba ler os produtos da mídia e que seja capaz de questionar suas estratégias. Isso envolveria capacidades que vão além do que foi considerado alfabetização em massa na época da mídia impressa (SILVERSTONE, 2003, p.58).

De acordo com o autor, a “alfabetização” midiática se faz necessária devido à influência dos meios de comunicação na constituição dos indivíduos, pois eles interferem na construção das identidades.

Ampliando o debate sobre a importância da mídia e da informação na sociedade contemporânea, Guareschi (2006) destaca que um fator de grande importância para essa compreensão está ligado à relação estabelecida entre os indivíduos e os meios de comunicação. Para evidenciar a relevância dos produtos da mídia eletrônica⁶ no cotidiano, o autor elenca quatro características. A primeira se refere ao fato de a comunicação construir a realidade: os fatos existem ou não, na medida em que são veiculados pela mídia. De forma complementar a esta, a segunda afirmativa do autor destaca que, além de dizer o que existe, os meios de comunicação conferem valor à realidade veiculada. “As coisas veiculadas pela mídia são boas e verdadeiras, a não ser que seja dito expressamente o contrário. O que está na mídia não é só, então, o existente, mas contém, igualmente, algo de positivo” (GUARESCHI, 2006, p.31). Este é um aspecto de grande valor em nosso estudo, uma vez que, segundo o autor, aquilo que é veiculado pela mídia é digno de respeito e importância. O terceiro aspecto aponta o poder que os meios detêm em pautar/agendar as discussões do nosso cotidiano. Neste contexto, podemos argumentar que a população pode discordar, criticar e não aceitar o que é divulgado, segundo o autor. No entanto, há algo que não está dentro de nosso alcance, “se a mídia decidir que algum assunto, ou algum tema, não deve ser discutido pela população de determinada sociedade, ela tem o poder de excluí-lo da pauta!” (GUARESCHI, 2006, p.31). Ou seja, determinada temática pode ser invisibilizada pela mídia e, conseqüentemente, desconhecida por grande parte da população. Por fim, o autor aponta a expressividade da televisão, compreendida como “um novo personagem dentro de casa”, com o qual interagimos diariamente e por longas horas.

Ao relacionarmos mídia e cidadania, é necessário pontuar um dos aspectos de maior relevância das mídias eletrônicas, especificamente rádio e televisão, que não é de conhecimento de grande maioria da população, de acordo com os autores. Referimos-nos ao fato destes meios de comunicação serem um

⁶ Segundo Guareschi (2006) a mídia eletrônica é composta pelo rádio, televisão e internet, os meios mais afetados pelas novas tecnologias.

serviço público realizado através de uma concessão governamental. Esta consiste em uma licença dada pelo governo, em caráter temporário, 10 anos para estações de rádio e 15 anos para canais de televisão, sendo necessária a renovação ao término dos prazos (BIZ, 2012; GUARESCHI, 2006). Dessa forma, o que acontece no Brasil é que os empresários adquirem uma autorização para explorar algo que pertence ao povo, como destaca Biz (2012).

O que significa obter uma concessão? Em outras palavras, significa ter uma licença para usar o que não é seu. Na verdade, o povo é o verdadeiro dono das frequências dos canais. Mas a exploração é destinada a um pequeno grupo de empresários. Em vista de uma legislação que não muda, que já dura 47 anos, sempre as mesmas pessoas são beneficiadas por novas concessões (BIZ, 2012, p.22).

Vale ainda destacar, como aponta o autor, o fato de as concessões estarem concentradas, especificamente, entre algumas famílias. Neste contexto, os dados apresentados por Guareschi (2006), ainda que não se faça a distinção entre mídia impressa e eletrônica, nos permite vislumbrar o quadro brasileiro, ao apresentar os dados de 1991 da Federação Nacional dos Jornalistas, constatando que “nove famílias (Marinho, Bloch, Santos, Saad, Frias, Mesquita, Levy, Civita e Nascimento Brito) controlam cerca de 90% de tudo o que os brasileiros lêem, ouvem e vêem através dos meios de comunicação social” (GUARESCHI, 2006, p.36). Este aspecto da comunicação brasileira se torna uma contradição, diante do seu caráter de serviço público, o que, na concepção de Biz (2012), ressalta a necessidade de democratização das mídias, baseado no aspecto de que aquele que detém a difusão da comunicação e da informação controla aparatos de exercício do poder. No caso brasileiro, estes aparatos residem nas mãos de poucos, sendo necessário ampliar a discussão. “A mídia eletrônica precisa ser democratizada. E isto significa dizer que deveria existir o “direito de antena”, ou seja, o direito de reclamar, de contra-atacar, de produzir programas a serem veiculados pelas redes” (BIZ, 2012, p.29). Partindo de uma visão semelhante, Guareschi (2006) aponta que, enquanto serviço público, a comunicação deve propor o debate do “projeto nacional” como sua tarefa fundamental. Para tal, deve conferir voz a todos e todas, para que possam expressar seus pensamentos e opiniões para a vida em sociedade. Se este direito à comunicação para a população não existe, é reduzido ou cerceado, o principal prejudicado é o ser humano, de acordo com o autor. Dessa maneira, evidencia-se a necessidade de o povo atuar como produtor dos conteúdos midiáticos, visando à participação e pluralidade de vozes e informações. Significa dizer que os concessionários dos meios de comunicação não devem deter a exclusividade da informação. “O fato de ter uma concessão não me dá direito a falar sozinho. Tal concessão é concedida exatamente para que toda sociedade possa tornar públicos seus projetos e criações” (GUARESCHI, 2006, p.39).

Tendo em vista o quadro em que se encontra a mídia brasileira, em especial a eletrônica, Guareschi (2006) aborda a existência de um “círculo vicioso”, que se apresenta quando a prática da comunicação não é concebida através da participação, da democracia e dos direitos humanos. Aspectos necessários para que se alcance uma verdadeira democracia, considerando que os meios de comunicação

auxiliam no estabelecimento e manutenção democrática. Baseados nestes princípios, se evidencia a principal contradição do “círculo vicioso”, no qual a visão crítica dos conteúdos midiáticos e a educação para a democracia e a cidadania só são possíveis, em certa medida, com a participação da própria mídia.

Mas a contradição mais central desse *círculo vicioso* é que a educação para uma leitura crítica da mídia e para uma educação cidadã e democrática, isto é, de respeito aos direitos das pessoas à informação e à comunicação, não poderá se materializar sem a participação da própria mídia. Por isso a própria Constituição exige que a educação deva ser uma das finalidades preferenciais da comunicação (GUARESCHI, 2006, p.38).

Percebendo a importância da mídia, Biz (2012) aponta que cabe aos indivíduos a escolha de como se posicionar diante dos seus conteúdos. Podemos nos colocar diante dela de forma ingênua, supervalorizada, compreendendo-a como um meio de entretenimento e de lazer, para preencher o tempo livre. O que, segundo o autor, não seria uma posição sábia, devido à necessidade do desenvolvimento do senso crítico perante a mídia, concebendo-a como um campo de discussões, no qual se reflete o poder dominante e a nossa realidade política e socioeconômica.

A construção da cidadania passa pela discussão do papel exercido pelos Meios de Comunicação Social. Daí sua importância em conhecê-los e discuti-los. Quem pode tirar o Brasil das dificuldades de todo gênero em que se encontra não é o governo, é a cidadania. E cidadania é, antes de tudo, o exercício de crítica permanente, de exigência crescente. Só esse cerco é que submete os governos às aspirações de um país. A cidadania é um processo de luta e conquista. Precisamos então aprender a falar, a reclamar, exigir nossos direitos (BIZ, 2012, p.40).

Na compreensão do autor, devemos modificar a forma como nos relacionamos com a mídia, em especial a televisão, que por muitas vezes figura como o único meio de acesso à informação para grande parcela da população. Inserida no contexto da influência e presença da televisão no cotidiano dos brasileiros, Lopes (2007) destaca que a TV se insere na reprodução das representações que propagam desigualdades e discriminações. No entanto, também se caracteriza por um poder de penetração na sociedade, consequência de uma capacidade única de "alimentar um repertório comum", através do qual une pessoas de diferentes classes sociais, gerações, sexo, raça e regiões. Através desse repertório, as mais diversas pessoas se posicionam e reconhecem umas às outras.

Longe de promover interpretações consensuais mas, antes, produzir lutas pela interpretação de sentido, esse repertório compartilhado está na base das representações de uma *comunidade nacional imaginada* que a TV capta, expressa e constantemente atualiza (LOPES, 2007, p.18).

Dentre os conteúdos produzidos pela televisão, que contribuem para as representações do nosso cotidiano, não estão apenas o universo factual, abordado através do telejornalismo, mas também, as obras de ficção, que compõem o universo da teledramaturgia. É neste sentido que Motter (2000-2001) compara a telenovela, principal produto da teledramaturgia brasileira, com o telejornal, na medida em que ambos trabalham com o factual, no entanto, a primeira se situa no universo ficcional. O telejornalismo opera com aspectos pontuais do cotidiano em andamento, enquanto a teledramaturgia aborda hábitos, costumes e

preocupações da vida cotidiana decorrentes de determinado momento selecionado com o ambiente sócio-cultural da história. Segundo a autora, a telenovela não só penetra, mas também gera discursos e promove a sua produção como nenhum outro produto da indústria cultura brasileira.

É no contexto da influência das representações das obras da teledramaturgia na realidade brasileira que, em nosso trabalho, abordamos o impacto da obra seriada *Sexo e as Negas* (2014), tendo em vista que os seriados nacionais também interferem na construção e constituição de nossas identidades, assim como as telenovelas. A produção em questão se fez relevante por trazer a proposta de quatro mulheres negras como personagens principais. No entanto, já nas primeiras “chamadas” de divulgação, a série foi alvo de protestos e boicote, principalmente na internet. Movimentos negros, feministas e demais cidadãos se posicionaram contra o programa, alegando que o seriado possuía conteúdos racistas, difundindo uma imagem estereotipada da mulher negra. Baseados nestes aspectos, analisaremos os desdobramentos e repercussões destas iniciativas de setores da sociedade, em relação à série, na ótica do exercício da cidadania e da participação popular nas produções midiáticas.

Representação Midiática e Cidadania: boicotes e protestos ao seriado *Sexo e as Negas*⁷

Tendo em vista nosso objetivo, destacaremos alguns pontos das críticas feitas à série *Sexo e as Negas* (2014), no momento de sua divulgação, em sua maioria embasadas na problemática presente no título da produção, como explicaremos, e veiculadas pela internet. Com relação às manifestações geradas pelo seriado, boicote e protestos, podemos situá-los na ótica da abordagem das temáticas sociais realizadas pelas obras da teledramaturgia. Motter (2000-2001) e Lopes (2007) destacam que o envolvimento de setores da sociedade, como instituições, sindicatos, movimentos políticos, negros, gays, podem gerar alterações nas histórias de personagens, quando as representações contrariam a imagem pública ou são consideradas inadequadas. Nestes casos, podem ser cobradas alterações/correções na trama, polêmicas são instauradas, muitas vezes reivindicadas pelos próprios meios de comunicação.

Partindo dessa compreensão, a primeira manifestação gerada pela repercussão da série que destacamos é a página criada no *Facebook*, "Boicote Nacional ao programa *Sexo e as negas* da rede globo⁸", que contou com mais de 26 mil adeptos, de acordo com a matéria divulgada pelo site *O Povo* (2014). Entre as ações iniciais divulgadas, estava a proposta de boicote ao seriado, instando os seguidores a desligarem a TV durante as terças-feiras, dia de exibição do programa, e só retornarem a ligá-las no dia seguinte. Esta ação se originou devido à questão da não identificação com a proposta do seriado, tendo em vista a associação das mulheres negras ao sexo e a sua conseqüente objetificação, presentes no título da obra. Fato que ocasionou uma campanha que questionava à representatividade do seriado. Os

⁷ As discussões presentes neste tópico são parte integrante da dissertação intitulada *Representações da mulher negra na teledramaturgia brasileira: o caso do seriado *Sexo e as Negas** (OLIVEIRA, 2017).

⁸ Atualmente, com o término do seriado, a página passou a ser intitulada "Mulher Negra" e a divulgar conteúdos sobre a representação da mulher negra na TV, com mais de 30 mil curtidas e seguidores. Mas, aponta em sua descrição que, originalmente, era destinada a uma mobilização contra o seriado *Sexo e as Negas*.

seguidores se mobilizaram através da divulgação de fotos, depoimentos e vídeos, explicando o motivo pelo qual a produção não os representava e utilizaram as *hashtags* #nãomerepresenta, #sexoeasnegasnãomerepresenta, #boicotesexoeasnegas, nas redes sociais *Facebook* e *Twitter*. No conteúdo da página também encontramos matérias com a repercussão do movimento em sites internacionais, conteúdos de blogs, entrevistas com autoridades dos movimentos negros e feministas debatendo a questão dos estereótipos, da hipersexualidade e da representatividade da mulher negra, por exemplo. Outro ponto de destaque estava na divulgação de canais pelos quais as denúncias e/ou reclamações sobre o conteúdo do seriado poderiam ser realizadas pelos seguidores, como a ouvidoria da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e a ONU⁹ Mulheres. De acordo com a matéria do site *O Povo* (2014), antes da estreia, a SEPPIR já havia recebido 11 denúncias de racismo contra a série.

As críticas e análises também ganharam o espaço dos blogs centrados nas temáticas de gênero e étnico-raciais. Em seu artigo publicado pelo *Portal Geledés*, Laila Oliveira (2014) manifesta indignação diante da proposta do seriado, pois acredita que este irá reforçar a sexualização imputada à mulher negra e reforçada no imaginário brasileiro através da literatura, da mídia e das músicas da indústria cultural que segundo a autora são "[...] responsáveis pela construção no imaginário popular dos estereótipos como a negra ferosa, a moreninha da cor do pecado, da mulata tipo exportação entre outras. Quase cai para trás ao saber da mais nova obra de arte global, mais um duro golpe da mídia racista[...]". Oliveira (2014) critica a visão de que o seriado valoriza a autoestima da população negra, já que, para ela, a proposta ridiculariza os negros com uma "versão tosca de um seriado de mulheres brancas e burguesas", em referência à alegada inspiração do autor Miguel Falabella no seriado norte-americano *Sex and the City*. Destaca a questão da trajetória de representatividade dos negros na televisão, apontando a subalternidade nos papéis desempenhados, a imagem estereotipada e subrepresentação, embasada por autores como Joel Zito Araújo (2008) e Solange Couceiro de Lima (1996-1997).

Fabiola Oliveira (2014) discute, no blog *Meninas Black Power*, o título da produção e a associação da mulher negra ao sexo, elencando alguns questionamentos em seu texto, dos quais destacamos quatro pontos: estupro, hipersexualização do corpo preto, extermínio da chance à fragilidade e desqualificação e redução do sentido do sexo. Em um primeiro momento, a autora expõe a questão do período escravagista, no qual as mulheres negras, na condição de escravas, eram sujeitas ao estupro pelos senhores e capitães do mato. A questão da hipersexualização é pautada na associação da mulher negra e seus corpos à animalização e à exploração sexual. Oliveira (2014) cita, por exemplo, a expressão "mulata tipo exportação", como uma forma de tornar o corpo da mulher negra uma mercadoria. No que se refere à constante associação das negras como símbolo de força, acredita que se construiu um mito pelo qual elas

⁹ Organização das Nações Unidas

são propensas a suportar mais a dor, são constituídas para o trabalho pesado, assim não existiria a possibilidade de sensibilidade e fragilidade para a mulher negra. Por fim, ressalta a desqualificação do sentido do sexo, através do qual a relação com a mulher negra não está ligada ao amor, é a relação fugaz, na qual ela figura no lugar da "outra".

É importante destacarmos que os dois primeiros textos foram divulgados antes da estreia do seriado. Dessa forma, as críticas foram embasadas no conteúdo de divulgação da produção. No texto de Bia Cardoso (2014) para o *Blogueiras Feministas*, a autora já situa sua análise após a estreia do seriado, comentando, assim, o primeiro episódio diante das críticas e ações de boicote. Destacamos, aqui, o momento do texto em que a autora rebate posicionamentos que veem as críticas ao título do seriado como uma ação de tom "moralista", devido à associação das negras ao sexo. Cardoso (2014) aponta o fato de as mulheres negras figurarem como vítimas potenciais de violência, especialmente o estupro, devido à associação de sua imagem à promiscuidade e à lascívia. Como exemplo dessa constante associação no imaginário de nossa sociedade, cita a peça publicitária veiculada entre 2010 e 2011 por uma cervejaria, na qual o slogan diz "É pelo corpo que se reconhece a verdadeira negra". Ressalta, também, a imagem sexualizada da mulher negra, através da qual esta é vista como "a mulher da cor do pecado", a sedutora, que, conseqüentemente, não é percebida como uma mulher decente e digna do casamento.

Por fim, destacamos o ato público realizado na noite de estreia do seriado, no dia 16/09/2014, em frente ao estúdio da Rede Globo em São Paulo. De acordo com a matéria divulgada pelo site da *Revista Fórum*, militantes do Levante Popular da Juventude de São Paulo realizaram um "escracho" no local e picharam a fachada do prédio com a palavra "racista", embaixo do nome da empresa. Segundo uma das participantes, o motivo do protesto era denunciar o racismo presente na emissora e manifestar o posicionamento contrário a representatividade do seriado.

A gente veio dizer que 'Sexo e as Nêga' não nos representa. Não representa porque as mulheres negras têm outro destino que não só a sexualização do seu corpo; e que as mulheres negras se organizam e dizem não para uma tentativa machista e racista da Rede Globo de mais uma vez contribuir com um estereótipo que é dado à mulher negra no Brasil (ARRAES, 2014).

De maneira geral, percebemos que as críticas ao seriado em seu momento de divulgação se centraram em denunciar a possibilidade do conteúdo racista, machista e estereotipado em relação às mulheres negras. Percebemos nos textos e críticas que os argumentos da associação das negras ao sexo, a objetificação do corpo negro e a hipersexualização são predominantes em todos os conteúdos destacados, principalmente nos que fazem referência ao título da produção. Devido a esses fatores, surgiu a questão da não representatividade do conteúdo ficcional.

Em relação às críticas ao título do seriado e aos questionamentos expostos através da internet, podemos corroborar com os principais tópicos através de argumentos teóricos. A discussão sobre a associação da mulher negra ao sexo nos remete às construções presentes no imaginário sócio-cultural

brasileiro, que, por sua vez, remontam ao período escravocrata e ao patriarcado brasileiro. Nele, o negro, na condição de escravo, foi destituído de sua humanidade, pois era visto como um animal aos olhos de toda a sociedade colonial não escrava, uma "raça inferior", guiada pelos instintos e caracterizada por uma sexualidade exacerbada, segundo Freyre (2003). De acordo com o autor, as negras eram vistas pelos senhores como "máquinas reprodutoras" que tinham como objetivo gerar mão de obra escrava e, através desta, proporcionar o seu enriquecimento. No entanto, a escrava negra também exercia um atrativo sexual para o branco; dessa forma, existia a "sombra do escravo negro sobre a vida sexual e de família do brasileiro" (FREYRE, 2003, p.368). No caso das mulheres, tinha-se a imagem das negras e mulatas dóceis às ordens de "abrir as pernas", mas também como aquelas que possuíam uma sexualidade corruptora.

Nogueira (1998) aponta que o corpo negro, no período colonial, era marcado pelo excesso, os negros viviam o dilema no qual sua aparência colocava em risco sua integridade. Ressalta, assim como Freyre (2003), que os atributos morais, as qualidades, estavam sempre associados aos brancos. As mulheres negras, na condição de máquinas reprodutoras, não tinham o direito de estabelecer vínculos afetivos em suas relações. Seus filhos não lhes pertenciam, pois, geralmente, eram vendidos pelos senhores. A "função materna" era uma possibilidade na posição de ama de leite do filho do senhor. Dessa forma, segundo Nogueira (1998), historicamente, a mulher negra é desapropriada do exercício de sua feminilidade, pois seu corpo não lhe pertence.

Dessa forma, as negras, enquanto escravas, estavam sujeitas às ordens de seus senhores, sofriam os mais diversos abusos, tinham seus corpos violados, visando os desejos dos senhores de escravos, enquanto a sociedade as via como o elemento corruptor da família brasileira, como seres animalescos, de sexualidade sem freios. "Branca para casa, mulata para f..., negra para trabalhar" (FREYRE, 2003, p.72). O ditado, citado pelo autor para exemplificar a superioridade da mulher branca em detrimento da mulher negra, e a celebração da mulata como símbolo sexual, ainda permeia o imaginário da nossa sociedade, ilustrando a relação de poder desigual, na qual as mulheres negras sempre estiverem inseridas.

Diante da repercussão das críticas, boicotes e até pedidos de cancelamento da série enviados à emissora, o autor Miguel Falabella se manifestou, em sua página do *Facebook*. Na matéria divulgada pelo site *EGO*, declarou que, apesar de não gostar de se envolver em polêmicas, percebia que, no momento, o silêncio poderia não ser a melhor alternativa. Assim, explica como surgiu a ideia da produção:

[...] Está havendo uma polêmica, aparentemente, sobre Sexo e as Negas. Vamos a ela, então! Começemos com a gênese do programa: Estávamos nós, há alguns anos, numa feijoada, na Cidade Alta de Cordovil. Karin Hils estava comigo. E havia uma negra maravilhosa, montada, curvilínea e muito sexy, que me disse que cada vez que botava cabelo, dormia três dias "no pique-esconde" (eu usei isso em *Pé na Cova*). Daí, já não me lembro mais porquê, a conversa descambou e acabamos em *Sex and the City*, porque algumas pessoas da festa eram fãs do programa. Eu disse: "A gente bem que podia fazer um '*Sex and the City*' aqui na Cidade Alta... "Sexo e as Negas" gritou a negra

deslumbrante, substituindo o S do artigo pelo R, como é usual no falar carioca. Todo mundo teve um acesso de riso e eu fiquei com aquilo na cabeça (FALABELLA, 2014a).

O autor continua o depoimento dizendo que viu na ideia surgida naquela feijoada uma chance de retratar a realidade dos moradores do local e trazer o protagonismo de atores negros, que nem sempre têm oportunidades. No entanto, estranhou os pedidos de boicote de algo que ainda nem tinha sido visto.

[...] Pensei que aquela ideia, surgida numa feijoada, na Cidade Alta de Cordovil, pudesse ser um programa que refletisse um pouco a dura vida daquelas pessoas, além de empregar e trazer para o protagonismo mais atores negros. Basicamente, foi essa a ideia e nem achei que iriam aceitar o programa. Qual é o problema, afinal? É o sexo? São as negas? As negas, volto a explicar, é uma questão de prosódia. Os bahianos arrastam a língua e dizem meu nego, os cariocas arrastam a língua e devoram os S. Se é o sexo, por que as americanas brancas têm direito ao sexo e as negras não? Que caretice é essa? O problema é porque elas são de comunidade? Alguém pode imaginar Spike Lee dirigindo seus filmes fora do seu universo? Que bobagem é essa? Pois é justamente sobre isso que a série quer falar! Sobre guetos, sobre cotas, sobre mitos! Destrinchá-los na medida do possível! Os mitos e lendas que nos são enfiados goela abaixo a vida toda. Da negra fogosa, do negro de pau grande, das mazelas que os anos de colônia extrativista e escravocrata deixaram crescer entre nós.

[...] Como é que saem por aí pedindo boicote ao programa, como os antigos capitães do mato que perseguiram seus irmãos fugidos? O negro mais uma vez volta as costas ao negro. Que espécie de pensamento é esse? Não sei o que é mais assustador. Se o pré-julgamento ou se a falta de humor. Ambos são graves de qualquer maneira. Como é que se tem a pachorra de falar de preconceito, quando pré-julgam e formam imediatamente um conceito rancoroso sobre algo que sequer viram? (FALABELLA, 2014a).

Cabe ainda ressaltar uma entrevista do autor no programa *Encontro*¹⁰, no dia de estreia do seriado. Falabella (2014b) destaca que sua ideia inicial era fazer "Sexo e as Loiras" e que, só após o encontro em Cordovil, que surgiu a ideia de um programa protagonizado por negras. Ao ser questionado sobre as polêmicas em torno do seriado, sobre as acusações do conteúdo racista e machista, o autor atribuiu a questão à má interpretação do título do seriado. "Talvez eu tenha mal julgado, porque eu achei que todo mundo entenderia a paródia com 'Sex and the City'. Porque a China fez 'Sexo e as Amarelas', aí eu fiquei pensando..." (FALABELLA, 2014b). Segundo o autor, a principal crítica em relação à produção não se centra no fato dela ser ambientada em uma comunidade, pois outras já foram protagonizadas no mesmo espaço, a questão que gera polêmica é o sexo.

Como pontuamos, as marcas do período escravocrata em nosso país ainda permeiam o imaginário social e interferem na construção identitária dos negros, pois estes ainda vivenciam as suas consequências através do racismo e do mito da democracia racial¹¹. Assim, diante da polêmica que se instaurou em relação ao seriado e diante do posicionamento do autor, podemos considerar que o contexto histórico no qual as mulheres negras estão inseridas não chegou a ser analisado por ele, ou não se chegou a um

¹⁰ *Encontro* com Fátima Bernardes, programa de entretenimento, exibido pela Rede Globo, de segunda a sexta, pela manhã.

¹¹ "O mito da democracia racial, baseado na dupla mestiçagem biológica e cultural entre as três raças originárias, tem uma penetração muito profunda na sociedade brasileira: exalta a idéia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não-brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade" (MUNANGA, 1999, p.80).

processo reflexivo aprofundado. Afinal, Falabella (2014a) chega a dizer em seu depoimento que o objetivo da produção é "destrinchar os mitos" como o da "negra ferosa", o que o autor talvez não tenha considerado e/ou notado é que este estereótipo ou "mito", como prefere dizer, está atrelado ao título do seriado na associação da mulher negra ao sexo. Outra possibilidade é a de que esse já seja um dos limites que a produção não pôde ultrapassar, já que, de acordo com o autor, os mitos seriam destrinchados "na medida do possível".

No que se refere à alusão de Falabella à produção chinesa, de título *Sexo e as Amarelas*, como tentativa de amenizar a polêmica e justificar o nome da produção nacional, acreditamos que, mais uma vez, o autor desconsiderou o contexto histórico e sócio-cultural. Podemos perceber, de maneira geral, que a realidade chinesa em nada se assemelha ao contexto de segregação étnico-racial presente no Brasil. As mulheres chinesas, com o fenótipo de pele amarela, figuram como o padrão de beleza em sua sociedade, diferente das mulheres negras no Brasil que, devido à realidade escravocrata, tiveram suas características fenotípicas desqualificadas, associadas à fealdade, ao pecado e ao que é ruim, em detrimento do branco, que figura como o padrão de beleza na sociedade brasileira. Esses fatores, por sua vez, interferem na autoafirmação e autoestima da mulher negra brasileira, devido ao racismo e ao preconceito que marcam o seu pertencimento étnico-racial, algo que não está presente na realidade das mulheres de pele amarela, na China. Ainda inseridos na ótica das marcas da escravidão, como já apontamos, existe também o histórico de violação dos corpos das mulheres negras, a associação de seus corpos ao pecado e à hipersexualização, outro ponto em que não há consonância com as mulheres chinesas.

Vale desatacar o fato de a produção não ter sido idealizada originalmente pelo autor para ser protagonizada por mulheres negras, já que Falabella (2014b) aponta que sua ideia inicial era a série *Sexo e as Loiras*. Isso nos remete, em princípio, a uma associação com mulheres brancas, o que é comum no imaginário e nas produções televisivas. Tal fato não impediria a presença de mulheres negras e loiras, no entanto, seria pouco provável que o protagonismo fosse de quatro negras.

Outro ponto a ser questionado está no fato de um profissional, com anos de experiência na televisão, partir do pressuposto que toda a audiência assimilaria que o seriado continha em seu título uma referência à produção norte-americana *Sex and the City*. A suposição de Falabella se assemelha ao que Hall (2003a) denomina sentido/leitura preferencial, pelo qual o detentor do aparato de significação, dos meios de comunicação, no ato da codificação, quer ser compreendido de maneira hegemônica pela sua audiência, ou seja, que ela compreenda a mensagem da forma idealizada. No entanto, o teórico aponta que este "sonho de poder" só ocorre em uma audiência passiva, já que acredita que uma mensagem não tem o mesmo significado para todos. O autor da série não deveria partir da premissa que uma produção norte-americana estaria presente no imaginário de todos os telespectadores, dado que o seriado não faz parte da programação dos canais abertos brasileiros, além de ser uma produção já encerrada. Ainda que

estivesse em exibição, não se pode supor que a mensagem do título seria absorvida por toda a audiência, pois, como a polêmica em torno da questão prova, a mensagem foi interpretada de formas divergentes.

Por fim, podemos apontar que o título do seriado difunde um conteúdo racista, por estar ligado à associação da mulher negra ao sexo, à objetificação e hipersexualização do corpo negro, além de remeter a construções estereotipadas presentes no imaginário sócio-cultural brasileiro sobre as mulheres negras, seus corpos, beleza e sexualidade.

Considerações Finais

Através de nossa análise das manifestações, protestos e boicote contra o seriado *Sexo e as Negras* (2014), veiculadas principalmente pela internet, percebemos a importância de que meios de comunicação estejam comprometidos com a promoção da cidadania, através de suas representações.

Constatamos em nosso estudo que o título da obra, ao associar a mulher negra ao sexo, nos remete ao quadro de estereótipos e racismo no qual a população negra de nosso país está inserida, fruto de construções estabelecidas no período escravocrata e que ainda permeiam o imaginário social. É neste contexto que as manifestações contrárias ao seriado, promovidas pelos movimentos negros, feministas e demais cidadãos, adquire relevância e legitimidade ao se inserirem em uma reivindicação por uma mídia comprometida com a promoção da cidadania. Nela, a voz do povo deveria ser ouvida, de maneira a poder interferir nos conteúdos produzidos, quando estes não representam a sua ideia de sociedade e de nação igualitária. É importante destacar que o posicionamento de setores da população em relação ao seriado, evidencia uma leitura crítica dos conteúdos midiáticos, uma característica que se faz imperativa em nossos tempos, devido ao fato de a informação ser um dos instrumentos para o exercício do poder.

No entanto, percebemos que ainda há um longo caminho a ser percorrido para que os meios de comunicação e suas produções estejam em consonância com o seu papel, enquanto serviço público, que deve promover a democracia, o direito da população à comunicação e a se comunicar, além de interferir nos conteúdos produzidos. A ideia é a de que, enfim, a comunicação e a informação venham a ser promotoras da pluralidade de vozes e opiniões presentes em nossa sociedade, e possibilitem, principalmente, uma leitura crítica da mídia.

Referências

- BIZ, Osvaldo. Mídia, Educação e Cidadania. In: OLIVEIRA, Maria Olívia de Matos; PESCE, Lucila. **Educação e Cultura Midiática**. Salvador: EDUNEB, 2012, p. 19-46.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Cidadania e modernidade. **Perspectivas**: revista de Ciências Sociais, São Paulo, Universidade Estadual Paulista, n.22, 1999

CRUZ, Breno de Paula Andrade. O boicote à novela 'Salve Jorge': evidências do repúdio do telespectador evangélico. **Revista Magistro**, v. 1, n. 13, 2016.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48.ed. São Paulo: Global, 2003.

HALL, Stuart. Reflexões sobre o modelo Codificação/Decodificação – Uma entrevista com Stuart Hall. In: HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003a, p. 353-386.

GUARESCHI, Pedrinho A. Mídia e Cidadania. **Conexão – Comunicação e Cultura**, Caxias do Sul, v.5, n.9, p. 27-49, jan./jun. 2006.

LOPES, M.I. V. Telenovela brasileira: uma narrativa sobre a nação. **Comunicação & Educação**, Brasil, v. 9, n. 26, 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/comeduc/article/view/4195/3934>> Acesso em: 15 nov. 2016.

MOTTER, Maria Lourdes Motter. A telenovela: documento histórico e lugar de memória. **Revista USP**, São Paulo, n.48, p. 74-87, dez./fev 2000-2001.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: usos e sentidos. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

NOGUEIRA, Isildinha B. O corpo da mulher negra. **Pulsional Revista de Psicanálise**, São Paulo, Ano XVIII, n. 135, p. 40-45, 1999. Disponível em: <http://www.editoraescuta.com.br/pulsional/135_04.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2015.

OLIVEIRA, Natália Godofredo de. **Representações da mulher negra na teledramaturgia brasileira: o caso do seriado Sexo e as Negas**. 2017. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes, Universidade do Grande Rio, Duque de Caxias, 2017.

SILVERSTONE, Roger. Inventar o quinto poder. Entrevista a Ubiratan Muarrek. **Revista Carta Capital**, São Paulo, n. 227, 12 fev. 2003.

Sites Acessados

ARRAES, Jarid. Grupo protesta contra série “Sexo e as Nêga” e picha fachada da Globo; assista. **Revista Fórum**, 16 set. 2014. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2014/09/18/grupo-protesta-contra-serie-sexo-e-nega-e-picha-fachada-da-globo-assista/>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

CARDOSO, Bia. O Sexo e as Negas: racismo e estereótipos. **Blogueiras Feministas**, 18 set. 2014. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2014/09/o-sexo-e-as-negas-racismo-e-estereotipos/>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

FALABELLA, Miguel. Miguel Falabella rebate polêmica sobre 'Sexo e as negas'. **EGO**, 15 set. 2014a. Disponível em: <<http://ego.globo.com/famosos/noticia/2014/09/miguel-falabella-rebate-polemica-sobre-o-sexo-e-nega.html>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

FALABELLA, Miguel. Miguel Falabella fala do seriado 'Sexo e as negas'. **GLOBO PLAY**, 16 set. 2014b. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/3632560/>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

MULHER NEGRA, 2016. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Mulher-Negra-275631862626353/?ref=stream>>. Acesso em 15 nov. 2016.

OLIVEIRA, Fabíola. Sexo e as nêga: a conexão perversa entre o estereótipo e o racismo. Meninas Black Power, 09 set. 2014. Disponível em: <<http://meninasblackpower.blogspot.com.br/2014/09/sexo-e-as-negaconexaoperversa-entre-o.html>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

OLIVEIRA, Laila. Ei Globo, não sou tuas nêgas!. Portal Geledés, 03 set. 2014. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/ei-globo-nao-sou-tuas-negas/#gs.0aijs9s>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

O POVO. Campanha no Facebook propõe boicote ao programa "O Sexo e as Negas". O Povo, 15 set. 2014. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/maisnoticias/brasil/2014/09/15/noticiasbrasil,3314954/campanha-no-facebook-propoe-boicote-a-o-sexo-e-as-nega.shtml>>. Acesso em: 15 nov. 2016.